



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 13 de Novembro de 2019

Regra para salário-educação avança e será debatida hoje

Na Comissão de Educação, representantes do FNDE, de sindicatos e de associações de agricultores familiares se manifestaram contra o projeto. Eles temem o mau uso da verba por estados e municípios

A COMISSÃO DE Educação (CE) faz hoje às 14h uma audiência pública para que especialistas em educação e representantes de diversas categorias sejam ouvidos sobre o projeto que transfere a cota da União do salário-educação para estados e municípios (PL 5.695/2019).

Na terça-feira passada o texto foi aprovado pela CE sob protestos de representantes de sindicatos, associações de agricultores familiares e servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Agora a proposta precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, antes de ser enviado à Câmara.

Quatro senadores se abstiveram de votar: Leila Barros (PSB-DF), Paulo Rocha (PT-PA), Fabiano Contarato (Rede-ES) e Paulo Paim (PT-RS), que propôs o debate de hoje. Eles preferiram esperar para ouvir os argumentos contrários.

Do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o projeto prevê que os recursos do salário-educação saiam direto do Tesouro Nacional para os entes federados. O aporte não é considerado despesa da União e, portanto, não fere o teto de gastos.

— A única forma de aumentar o orçamento para a educação era tirar o salário-educação do teto. Na prática, com esse projeto, será possível colocar mais R\$ 9,3 bilhões na educação— explicou Izalci.

Segundo ele, uma parte desses recursos será usada para pagar bolsas da Capes, financiar a educação infantil e as mudanças previstas nos ensinos médio e técnico.

O senador participa da subcomissão do Orçamento 2020 para a educação. Ele disse que, se no Orçamento deste ano as verbas para educação foram insuficientes, no de 2020 serão ainda menores. Por isso Izalci afirmou que corre contra o tempo para que os recursos entrem no Orçamento de 2020.

Emenda

A CE aprovou a proposta após negociar emenda ao relatório do senador Dário Berger (MDB-SC) com modificações sugeridas pelos representantes do FNDE e de sindicatos. Entre outros pontos, eles temem a descontinuidade dos Programas de Alimentação Escolar, de Apoio ao Transporte do Escolar, do Livro e do Material Didático e de Dinheiro Direto na Escola. Segundo eles, o

projeto torna essas políticas responsabilidade exclusiva de estados e municípios. A emenda obriga esses entes a empregar o dinheiro de acordo com o modelo estabelecido pelo governo federal.

O salário-educação financia programas, projetos e ações vinculados à educação básica pública. Hoje 40% da arrecadação para o salário-educação ficam com a União e 60% vão para estados e municípios.

A distribuição da verba para as redes estadual e municipais de ensino é feita de maneira uniforme e só leva em conta o número de matrículas. Não pode ser usada para pagamento de pessoal nem é contabilizada para fins de cumprimento dos investimentos mínimos em educação definidos pela Constituição. O dinheiro do salário-educação também é usado para consertos nas escolas, despesas gerais e compra de equipamentos.

Não é só no projeto de Izalci que o governo estuda mandar todo o salário-educação para estados e municípios. O tema está sendo discutido na PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que contém medidas para descentralizar recursos da União.

Avança autorização para a Universidade Federal do Xingu

O Pará pode ganhar mais uma universidade federal. Foi o que decidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 359/2017, que autoriza o Executivo a criar, por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Xingu. O texto segue para a Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

De Paulo Rocha (PT-PA), a proposta, aprovada na terça-feira, sugere a criação da quinta instituição universitária federal do Pará, duas delas já desmembradas de outras. O senador argumenta que o acesso às universidades no Pará é desafiador, com problemas que envolvem logística, financiamento e respeito à cultura e aos mo-

dos de produzir e viver das populações de cada uma das regiões. Por isso, é preciso aumentar as oportunidades de ensino superior e avançar na interiorização do ensino.

— É fácil implantar uma universidade dessas, desde que se tenha vontade política. Estamos chamando a atenção do governo sobre a necessidade de criação de uma universidade — disse o senador.

O relator, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), apresentou emenda para deixar claro que a Universidade Federal do Xingu (UFX) será criada a partir do desmembramento do campus de Altamira da UFPA, de quem herdará bens e estrutura. A criação de universidade é uma prerrogativa do Executivo, por isso a proposta é apenas autorizativa.

Quem decide a cor?

Sem critérios objetivos, comissões que verificam fenótipo de cotistas raciais têm derrotas na Justiça

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

Criadas como reação às fraudes nas cotas raciais, as comissões das universidades públicas que devem checar a autodeclaração dos candidatos têm enfrentado questionamentos na Justiça.

Na última semana, uma jovem gaúcha de 22 anos conseguiu confirmar a sua matrícula na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) após um ano de batalha judicial.

A estudante, que pediu para não ser identificada, se autodeclarou parda, mas foi considerada branca pela Comissão de Verificação da UFRGS quando passou pela avaliação, no começo de 2018. Por isso, perdeu a vaga após estudar por três semanas. A decisão da comissão foi confirmada em primeira instância da Justiça, mas derrubada na segunda. Por isso, ela já voltou a frequentar as aulas.

— Ela é filha de uma mulher negra e de um pai alemão. Sempre sofreu discriminação onde mora, pela cor—relata Juan Becker, advogado da estudante.

Na decisão, os desembargadores defenderam que “é ilegal o parecer emitido pela



comissão de verificação que, de forma sumária, conclua apenas pelo critério da heteroidentificação, sem qualquer fundamentação e sem levar em consideração a autodeclaração do candidato e os documentos por ele juntados”. Também afirma que “diante da subjetividade que subjaz à definição do grupo racial de uma pessoa por uma comissão avaliadora e havendo dúvida quanto a isso, tem-se que a presunção de veracidade da autodeclaração deve prevalecer”.

Procurada pela reportagem, a UFRGS informou que sua Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Afirmativas “está aguardando que a Procuradoria da universidade faça uma análise da decisão do TRF4 para só depois disso se manifestar sobre este caso”.

DISCORDÂNCIAS

Além de fotos, a estudante gaúcha anexou ao processo evidências de que ela já se autodeclarava parda em documentos anteriores ao vestibular, como no cadastro do SUS, certidão de antecedentes criminais e ficha de inscrição de outro curso.

Os desembargadores afirmam na decisão que “a presença da apelante e de sua mãe na sessão de julgamento espancou qualquer dúvida quanto aos seus flagrantes traços negróides relativamente à cor da pele negra e os demais aspectos físicos predominantes como lábios, nariz e cabelo”.

— Os critérios para classificar o fenótipo do candidato vão variar conforme o lugar. Eu tenho colegas em Santa Catarina que passaram





pelas comissões que teriam dificuldades de aprovação no Rio de Janeiro — afirmou Rolf Ribeiro de Souza, da Assessoria de Ações Afirmativas e Diversidade da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A Comissão de Verificação foi criada na UFRGS em 2018. No ano anterior, coletivos de estudantes negros denunciaram 334 alunos que entraram na instituição por cotas raciais, mas que, segundo eles, não apresentavam características fenotípicas exigidas, como tipo do cabelo, formato do nariz e dos lábios. Naquele momento, um comitê especial foi criado e, dos 334 acusados, 239 tiveram suas matrículas suspensas.

OUTROS CASOS

No país, diversas universidades criaram as comissões da mesma forma que a UFRGS: em resposta à denúncias de fraudes nas cotas raciais.

A UFRJ, por exemplo, avalia 230 denúncias apresentadas neste ano. Entre os suspeitos, há até uma jovem loira de olhos verdes. Para 2020, a reitoria já confirmou que criará uma comissão de verificação.

Atualmente, cerca de 20 instituições de ensino superior público possuem esse tipo de mecanismo contra as fraudes.

A reversão judicial da decisão da comissão da UFRGS não foi a única. Comissões da UFF e das federais de Pelotas (Ufpel) e do Mato Grosso do Sul (UFMS) também tiveram derrotas na Justiça nos últimos anos.

Na universidade do Centro-Oeste, 18 cotistas foram denunciados e perderam suas vagas, mas ao menos dois conseguiram reverter a decisão nos tribunais. Já em Pelotas, um aluno foi acusado por colegas e só conseguiu manter a matrícula recorrendo à Justiça.

‘MÁ-FÉ É EXCEÇÃO’

Rolf Ribeiro de Souza, da Assessoria de Ações Afirmativas e Diversidade da UFF, afirma que as comissões estão progressivamente se estruturando melhor com o apoio do Ministério Público Federal. Ele já participou de três comissões e agora qualifica os participante com cursos sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Em sua avaliação, só uma “parte ínfima” dos candidatos age de má-fé para burlar o sistema de cotas.

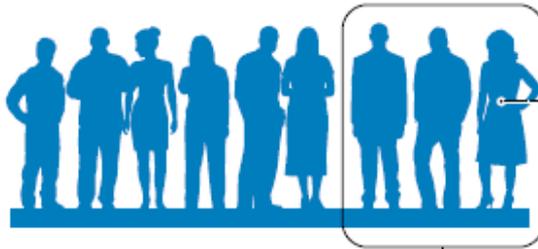
— A imensa maioria dos indeferidos tem dificuldade de se classificar. São pessoas brancas de classes populares que nunca tinham parado para pensar nisso — afirmou Rolf.





COMO FUNCIONAM AS COMISSÕES DE VERIFICAÇÃO RACIAL

Todos os alunos cotistas de universidades que possuem comissões devem passar pela avaliação. Eles são convocados e se apresentam a uma banca. Quem não for, perde a vaga.

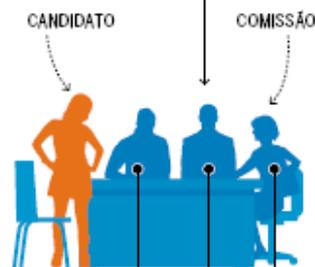


AS COMISSÕES

São formadas por pessoas envolvidas com as universidades: **professores, servidores e alunos**. Eles recebem uma ajuda de custo pelo dia de trabalho e, em geral, são capacitados com um curso de relações étnico-raciais para cumprir a tarefa

NO DIA DAS AVALIAÇÕES

A comissão é dividida em subgrupos de três avaliadores, que formam as bancas. Algumas universidades mesclam esse trio por gênero e raça



EXEMPLO

O procedimento das bancas varia entre as universidades. Na UFF, por exemplo, o aluno é analisado individualmente e responde a três perguntas. Uma delas é se alguma vez na vida foi alvo de racismo. Já o edital da UFRGS prevê que o momento da aferição seja silencioso e em pequenos grupos de candidatos

A DECISÃO DA BANCA

Deve ser **unânime**. Quem não passar, é informado na hora. E pode recorrer a outra comissão — que avaliará o caso posteriormente



OS MAIORES PROBLEMAS

Ocorrem, normalmente, em pessoas que se consideram pardas — que são, na avaliação das comissões, negros de pele clara. Para o recurso, a UFRGS avalia ainda autodeclarações baseadas em descendência. No caso de nova negativa, o estudante pode recorrer à Justiça

Ao menos 65 mil bebês de até 2 anos esperam vaga em creche em São Paulo

Artur Rodrigues
SÃO PAULO

Quando a filha do técnico em fibra ótica Antonio Carlos Medrado, 37, nasceu há 11 meses, a posição dela na fila da creche paulistana assustou: 67º lugar. A vaga só veio após a prefeitura passar a permitir um segundo endereço no cadastro das crianças —no caso dele, o de um primo que vive na região central, onde a fila é menor.

Todos os dias, o morador do Jabaquara (zona sul) deixa a filha numa unidade municipal na Bela Vista (centro) antes de ir para o trabalho, na Vila Mariana (região sul), a seis pontos de metrô de casa.

A mulher dele, ao sair do trabalho perto do metrô Conceição (zona sul), e estaria a uma estação de metrô de onde vive, busca a criança e volta para casa. “É difícil, mas não tem outro jeito”, diz Medrado.

Apesar dos quilômetros extras que percorrem diariamente, eles tiveram mais sorte do que milhares

de pais de crianças até dois anos ainda na fila. Da demanda atual de cerca de 70 mil vagas, 65 mil são de bebês de até dois anos. O resto da fila é para crianças de até 3 anos e 11 meses.

Resolver a demanda nessa faixa etária é o gargalo da gestão Bruno Covas (PSDB), que lançou nesta terça (12) o Mais Creche, um programa para contratar vagas avulsas em unidades particulares. Pelo projeto, crianças em situação de vulnerabilidade poderão obter vagas em escolas particulares com valor de até R\$ 727 por mês — o máximo repassado às unidades conveniadas.

“Praticamente universalizamos o atendimento em creches para crianças com mais de dois anos. A nossa principal demanda está nos berçários, que atendem crianças com até 1 ano e 11 meses”, afirmou o secretário municipal de Educação, Bruno Caetano.

Entre os principais obstáculos está

a dificuldade de planejar as vagas em cada uma das regiões onde nascem as crianças. O primeiro ano dos bebês é o maior problema: representa 50 mil dos 65 mil na fila.

Além de nascimentos, novas ocupações e filhos de imigrantes exemplificam a dificuldade de se prever vagas para bebês.

A prefeitura quer usar o programa para impulsionar a criação de 30 mil vagas —número que falta para atingir a meta da gestão de criar 85 mil vagas.

A maior parte da demanda, sobretudo para os bebês, está na periferia. Na lista para crianças de até um ano, por exemplo, a maior fila está na diretoria regional do Campo Limpo (11.327), seguida da Capela do Socorro (8.167), ambas no extremo sul da capital.

O resultado disso é que muitas mulheres param de trabalhar para cuidar das crianças ou são obrigadas a deixá-las em creches improvisadas.





Moradora da região do Jardim Ângela, na zona sul, Carolyne Gomes, 22, aguarda há quatro meses uma vaga para o filho de sete meses. “Meu medo é conseguir um emprego e a vaga de creche não sair”, diz ela, que é cuidadora de idosos.

O ritmo atual não lhe dá esperança e conseguir tão cedo. “Ele estava na 100ª posição, fiquei até feliz pensando que conseguiria. Mas, quando eu vejo, ele caiu para 208ª”.

O Mais Creche pedirá comprovação de que a criança está em situação vulnerável.

O projeto precisa ser aprovado pela Câmara Municipal, onde o Executivo criou atrito diante de iniciativas similares dos vereadores Rinaldi Digilio (PRB) e Janaína Lima (NOVO).

Para o advogado Rubens Naves, membro do comitê de

monitoramento de educação infantil do Tribunal de Justiça, a prefeitura deveria criar métodos de monitoramento mais eficazes—fazer busca ativa para descobrir a demanda, em vez de esperar os pedidos de matrícula.

Naves, que também é conselheiro da fundação Abrinq (de defesa dos direitos da criança), diz que é importante que o Mais Creche seja apenas provisório, como a prefeitura promete.

Ele cita avanços em abrangência e qualidade devido à continuidade da política de expansão de vagas por diferentes gestões. Assumir o novo modelo como definitivo seria arriscar um retrocesso, pois é mais difícil fiscalizar essas unidades particulares.

A prefeitura não informa o histórico da fila relativa apenas aos bebês de até dois anos. No geral, as vagas vêm em amplo crescimento há anos.

Desde dezembro de 2013, na gestão Fernando Haddad, até setembro as vagas saltaram de 214.460 para 338.819. O modelo que mais contribuiu para o salto, porém, foi o de escolas conveniadas, hoje sob investigação devido à descoberta de uma “máfia das creches”.

Segundo a atual gestão, o Mais Creche será emergencial e atenderá no máximo 10% das matrículas vigentes.

A maior aposta é abrir CEUs (Centros Educacionais Unificados) que terão apenas vagas para educação infantil, sem incluir o ensino fundamental.

A ideia é aproveitar melhor os espaços para atender a demanda para as crianças menores, ofertando 3.200 vagas em creche e 2.800 para ensino infantil (a partir dos 4 anos).





338 mil

crianças matriculadas em setembro em São Paulo

70 mil

vagas é a demanda aproximada de creche na cidade de SP

65 mil

crianças até 2 anos na fila

214 mil

matriculados em dezembro de 2013

11 mil

crianças na fila de berçário 1 da diretoria de ensino do Campo Limpo, a maior da cidade

R\$ 727

valor máximo que a prefeitura repassará a unidades pela compra avulsa de vagas

Faltam direitos a 27 milhões de crianças e jovens, diz Unicef

Natália Cancian

BRASÍLIA Ao mesmo tempo em que registrou avanços em indicadores da infância nos últimos 30 anos, o Brasil ainda tem cerca de 27 milhões de meninos e meninas até 18 anos sem acesso a um ou mais direitos básicos e vê risco de conquistas se reverterem, como ocorre nos casos de vacinação e mortalidade infantil.

Surgem também alertas sobre desafios não previstos em décadas anteriores, a exemplo do aumento do número de suicídios de crianças e adolescentes e problemas como bullying e cyberbullying.

As conclusões estão em relatório da Unicef divulgado nesta terça (12) sobre os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, tratado considerado como o acordo de maior adesão no mundo, com 196 países (Brasil incluso).

“Foi um tratado que passou a considerar a criança como sujeito de direitos. Antes, era vista como propriedade do pai ou objeto de caridade”, afirma Florence Bauer, representante da Unicef no Brasil.

Segundo ela, o Brasil teve

avanços significativos na redução da mortalidade infantil e no maior acesso à escola.

Mas enfrenta desafios, como o fato de, entre os 57 milhões de crianças e adolescentes no país, 27 milhões não terem todos os seus direitos respeitados, como o acesso à educação, informação, água, saneamento, moradia e proteção contra o trabalho infantil.

Também é alto o número de homicídios de crianças e adolescentes. A cada dia, 32 meninos e meninas de 10 a 19 anos são assassinados no país.

Em 2017, ano dos dados mais recentes disponíveis, foram 11.800 mortes — a maioria, meninos negros e pobres nas periferias de grandes cidades. Só nos últimos dez anos, foram 191 mil, de acordo com cálculos inéditos do Unicef.

“Temos uma situação no Brasil em que é mais perigoso ser adolescente que adulto”, afirma Bauer. “É um número maior do que países em situação de guerra”, compara.

Para a Unicef, a situação deixa claro como é preciso investir em políticas integradas, com foco sobretudo em áreas mais vulneráveis.

Apesar de avanços, como o aumento na faixa etária escolar, o Brasil ainda soma 2 milhões de crianças e adolescentes fora da escola — a maioria

de famílias de baixa renda.

Outros alertas vêm do recente aumento nas taxas de mortalidade infantil e da queda em índices de vacinação.

De 1990 a 2017, a taxa de mortalidade infantil passou de 47,1 em cada mil nascidos vivos para 13,4 em cada mil nascidos vivos. No último ano, porém, um “repique” na curva de dados chamou a atenção de especialistas.

O mesmo ocorreu para as taxas de vacinação, o que levou ao retorno do sarampo. O Ministério da Saúde diz que os dados de 2018 apontam melhora, mas o desafio persiste.

O relatório chama a atenção ainda para desafios emergentes e não previstos no tratado, como a saúde mental.

Os registros de suicídio de crianças e adolescentes no país passaram de 714, em 2007, para 1.047, em 2017. “É a parte mais visível e trágica de um problema muito mais amplo. Precisamos de estudos para saber as causas”, diz Bauer. “E de profissionais preparados para identificar os sinais.”

A Unicef também cita como pontos carentes de atenção o bullying e cyberbullying e a proteção da infância ante o aumento da imigração. Segundo a entidade, dos 200 mil venezuelanos que buscam refúgio no país, 30% têm até 18 anos.



Mais de 95% das crianças brasileiras frequentam escola, diz pesquisa

Por Pedro Ivo de Oliveira -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou hoje (12) um estudo que mostra os impactos da Convenção sobre os Direitos da Criança na população brasileira. O levantamento aponta que 95,3% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos frequentam regularmente a escola.

Houve uma queda de 71% da mortalidade infantil em crianças brasileiras desde a década de 90, índice bem acima da meta estipulada pela Unicef, que era de 33%. No entanto, o estudo mostra que a violência se tornou um problema abrangente para os jovens, principalmente os que pertencem a minorias étnicas ou grupos vulneráveis.

Sobrepeso e obesidade

Baixos teores de vitaminas em alimentos ultraprocessados - aqueles que possuem uma alta concentração de conservantes, açúcares e gordura e que são prontos para consumo imediato - representam um risco para todos os grupos de renda, em todas as regiões do Brasil, de acordo com o levantamento.

A falta de uma rotina de exercícios físicos para crianças e jovens também é um fator importante na questão do excesso de peso da população jovem brasileira. Entre adolescentes, 17,1% estão com sobrepeso, e 8,4% são considerados obesos.

Água e saneamento

Os dados da pesquisa evidenciam também que o acesso à água potável ainda não é universal. O índice de atendimento de água em território nacional é de 83,3%,

mas o acesso nos estados do Acre, Pará, Rondônia e Amapá chega a 50% da população. O índice de atendimento de redes de esgoto é ainda mais alarmante: apenas 51,9% dos brasileiros têm esgoto tratado e acesso ao escoamento, o que afeta diretamente a saúde dos jovens.

Violência sexual

O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Pnevsca), que reúne iniciativas como o Disque 100, e o Plano de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual, Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (Pair) foram considerados como ações positivas no enfrentamento à violência contra crianças e jovens, de acordo com o estudo. Mas o cenário ainda é considerado crítico.





Segundo dados do Disque 100, negligência (72,7%) e violência psicológica (48,8%), física (40,6%) e sexual (22,4%) foram os tipos de violação contra crianças e adolescentes mais frequentes.

Desafios para o futuro

De acordo com o Unicef, a chamada “crise climática” e o aumento da incidência de doenças mentais em jovens são pautas importantes para os próximos anos. O relatório aponta, ainda, que há uma crescente queda na imunização infantil, o que pode acarretar em surtos de doenças consideradas sob controle ou totalmente erradicadas, como é o caso do sarampo. A publicação do estudo marca os 30 anos da ratificação do tratado do Unicef, que também foi assinado por outros 195 países e é considerado o tratado internacional de maior abrangência do mundo.



FNDE vai empenhar R\$ 118,3 milhões para ensino médio integral

Por Agência Brasil Brasília

O Ministério da Educação (MEC) divulgou nota hoje (12) anunciando o empenho de R\$ 118,3 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para reforma e funcionamento de escolas de ensino médio em tempo integral (manhã e tarde) em 18 estados.

Os recursos podem ser usados para contratação de obras para escolas e compra de equipamentos (despesas de capital) ou para o pagamento de contas como água, luz, telefone (despesas de custeio).

O dinheiro faz parte da parcela do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A primeira parcela foi liberada em novembro do ano passado. Ao todo, são 1.027 escolas que já participam da iniciativa.

Dinheiro para estados

Portaria publicada no Diário Oficial da União descreve o volume de recursos a serem repassados para cada estado. Todas as regiões serão contempladas.

Oito estados com escolas elegíveis são do Nordeste; cinco do Norte; dois do

Centro-Oeste, dois do Sudeste; e um do Sul. O Ceará é o estado que receberá mais recursos para gastos de custeio: R\$ 15 milhões; e o Maranhão, para despesas de capital: R\$ 10,2 milhões.

São beneficiárias escolas que ofertam carga horária superior a 35 horas semanais — ou 7 horas diárias. A carga horária do ensino médio não integral no Brasil é de 20 horas semanais - 4 horas por dia. Com a reforma do ensino médio sancionada em lei em 2017, a carga horária dos estudantes secundários aumentará para 25 semanais ou cinco horas por dia.